



1. Introdução

A Direção da Casa do Pai, em cumprimento do disposto no artigo 29º, alínea b) dos estatutos, apresenta à Assembleia Geral, para aprovação, o relatório e contas respeitantes ao exercício de 2018.

2. Organização Interna

Procuramos dar cumprimento à legislação em vigor, observando as regras impostas pelos estatutos e pelos demais instrumentos e regulamentos internos deles derivados, de forma a adequar o funcionamento da instituição à configuração legal das IPSS.

Novos Regulamentos Internos traçaram os moldes em que a instituição encara a prestação de cuidados e quais os direitos e os deveres dos órgãos dirigentes, dos colaboradores, dos voluntários e de todos os intervenientes, sendo que o valor mais alto é a satisfação dos utentes e suas famílias.

3. Direção e Serviços Administrativos

Asseguramos a atualização do ficheiro dos sócios e também do ficheiro dos clientes e colaboradores, em ordem a facilitar a sua consulta rápida, mantendo, de acordo com a lei, a confidencialidade de todos os dados.

A empresa Ecomanage Lda, assegurou a contabilidade da instituição, com elevado profissionalismo, tendo realizado o tratamento de toda a documentação legalmente exigida e prestado todas as informações relevantes para a Instituição.

Proporcionamos aos sócios, aos utentes e suas famílias e a todos os interessados, informação das atividades da associação, através dos meios informáticos ao nosso dispor, nomeadamente por:

email: casadopai@gmail.com;

Facebook: **Casa do Pai - Centro de Apoio Social**;

internet: www.casadopaiipss.com

A página oficial na Internet com o endereço www.casadopaiipss.com regista as informações essenciais da identidade, história, objetivos e atividades, e inclui a publicação das contas anuais e de todos os documentos submetidos à Assembleia Geral.



Para além da informação online, também são publicadas oportunamente no Diário de Coimbra as convocatórias para as Assembleias Gerais e outras informações sobre os eventos a realizar pela instituição.

O Secretário da Direção, Samuel Oliveira, publica mensalmente informações atualizadas, respeitantes à instituição, no Boletim Informativo, propriedade da Comunidade Evangélica do Centro/Coimbra Irmãos. É uma preciosa ajuda para a divulgação das atividades desenvolvidas pela Casa do Pai e para a sensibilização dos muitos associados, que fazem parte daquela comunidade.

4. Gestão

Procuramos controlar os custos de funcionamento da instituição, praticando sempre uma gestão cuidadosa e atenta. Continuamos por este caminho responsável, procurando soluções, que permitam reduzir despesas e rentabilizar a enorme carga que representam os custos com o pessoal, que ascenderam a **293.259,51 Euros**, um acréscimo de **113.497,50 Euros** em relação ao exercício anterior.

Dada a impossibilidade de continuar o serviço de transporte dos utentes para o Centro de Dia, com a viatura que nos tinha sido cedida, em parceria, pela Aposenior, a Direção viu-se obrigada em 2017 a adjudicar o fornecimento de uma viatura de 9 lugares, que nos foi entregue somente no início do exercício de 2018.

Em finais de 2017, fomos contemplados com uma verba de 21.000,00 Euros pelo Fundo de Socorro Social da Segurança Social, para aquisição, através de concurso público, de uma viatura de 9 lugares. Esta viatura foi disponibilizada em finais de 2018, tendo a Casa do Pai de despende os restantes **9.000,00 euros**.

Não foi possível, durante o exercício de 2018 concretizar o acordo de cooperação solicitado à Segurança Social, para 20 dos 24 utentes da capacidade máxima do Centro de Dia.

Na ausência de acordo, somos obrigados a praticar preços mais elevados, que não estão ao alcance dos mais carenciados e os excluem de beneficiar de um apoio social de proximidade, do qual efetivamente necessitam.

O projeto inicial do edifício, como todos sabemos, foi condicionado por uma lei anterior que determinava maiores áreas para os quartos e a exigência de casas de banho privativas em cada quarto, pelo que, a área coberta, disponível para construção veio a resultar na fixação da capacidade de alojamento que foi então autorizada.

Handwritten signature and date: 2019

No que diz respeito à ERPI, veio a confirmar-se a escassa rentabilidade da capacidade existente, dado o rácio de recursos humanos exigido para o seu funcionamento. Desenvolvemos, durante 2018, contactos e efetuamos estudos preliminares, para conseguir a adaptação de espaços interiores sem ocupação atual, de modo a criar mais 2 ou 3 quartos.

Continuamos a alimentar a esperança de, num futuro próximo, testemunhar a ampliação desejada, e deste modo, contribuir para melhor satisfazer as necessidades das famílias, que procuram o serviço de ERPI para os seus idosos.

A amortização do empréstimo bancário para a satisfação dos compromissos assumidos com a Conímbriga Construções, representou em 2018, um encargo de **69.371,57 Euros**.

Cumpre-nos manifestar o nosso apreço aos tesoureiros locais, pelo trabalho difícil e dedicado prestado, fundamental para que se consiga uma maior previsibilidade das receitas, necessárias e essenciais para o funcionamento da instituição.

A tesoureira da Direção, Rosa Peixoto, continua a proceder a um trabalho organizativo extraordinário, mantendo a atualização dos ficheiros informáticos de todo o processo de registo das cotas dos sócios. Procede ao registo e controle de todas as verbas recebidas e gastas e ainda dos variados pagamentos mensais, em datas diferenciadas, de cujo cumprimento atempado, depende, em grande parte, o bom nome da Casa do Pai.

Durante o ano de 2018 foram admitidos mais 17 novos associados, que desta forma demonstraram confiança no futuro da instituição.

A Direção desta Casa, expressa o mais profundo e sincero reconhecimento pelos donativos recebidos durante o exercício, sabendo que vêm de corações compadecidos pelo próximo e interessados no prosseguimento desta obra social, erguida com o esforço de todos.

Estes donativos contribuem para a solidez financeira da Casa do Pai, mas constituem também, um extraordinário estímulo e incentivo, para quem tem a responsabilidade de gerir a instituição.

Agradecemos também aos sócios que pagaram pontualmente as suas cotas.

Deixamos aqui um agradecimento à Diretora Técnica e a todos os colaboradores. sem exceção, pelo trabalho desenvolvido, durante o qual, muitas vezes, enfrentam situações delicadas, que requerem o máximo de empenhamento e provocam desgaste físico, emocional e psicológico.



5. Acordos de Cooperação

O Acordo de Cooperação celebrado com o Centro Distrital da Segurança Social, para 15 utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, continuou em vigor, o que representou, mais uma vez, uma ajuda fundamental, para dar resposta às carências sociais destes utentes e das suas famílias.

O novo programa denominado PROCOOP instituído pela Segurança Social, que centraliza todas as candidaturas aos Acordos de Cooperação a nível nacional, não abriu, durante 2018, qualquer concurso para a valência de SAD.

Recebemos, com satisfação, a autorização para a celebração de um Acordo para 6 utentes da ERPI. Este novo acordo que foi assinado e está em vigor, constitui uma enorme ajuda no apoio aos utentes mais necessitados, que são a grande maioria dos que procuram ajuda.

Quanto à nossa candidatura à celebração de um Acordo para o Centro de Dia com a abrangência de 20 utentes, ainda não foi concedida.

Salientamos a importância da celebração destes Acordos de Cooperação, que são essenciais para que a instituição possa cumprir a sua missão essencial, de ajudar quem mais precisa.

Sem estas ajudas, disponibilizadas pelo Instituto de Segurança Social, os preços a praticar pelas IPSS terão de ser elevados o que provoca o afastamento de muitos idosos necessitados.

Estes idosos e as suas famílias, não tendo rendimentos que lhes permitam suportar os custos dos cuidados de que precisam, recorrem a lares não licenciados, que, porque não terem de cumprir as normas legais exigidas, praticam preços mais baixos.

Uma das funções essenciais do Estado é providenciar cuidados sociais a todos os idosos, sem exceção. As IPSS têm a função de cooperar com o Estado, mas não o substituem.

6. Apoio Social e Comunitário

As novas instalações apoiadas por uma cozinha e uma lavandaria totalmente equipadas, também servem a ERPI, o SAD e o Centro de Dia.

Foram confeccionadas e distribuídas um número elevado de refeições e efetuamos também o tratamento de roupa dos utentes da ERPI e do SAD.

No âmbito do SAD, procedemos a limpezas habitacionais e ajudamos alguns utentes na tomada das refeições. Também foram disponibilizados ajudas técnicas, através do transporte e colocação no domicílio de camas articuladas e material anti escaras. Transportamos e acompanhamos todos os utentes que o solicitaram a consultas programadas.

Procuramos responder a todas as necessidades que nos batem à porta e quando não temos capacidade para tal, encaminhamos e articulamos com outras instituições e serviços.

7. Recursos humanos

2018 foi o primeiro ano de arranque de todas os serviços em simultâneo (ERPI, CD e SAD) o que veio exigir a contratação de mais recursos humanos, de modo a satisfazer os rácios legalmente estabelecidos.

Durante o exercício de 2018, o número médio de colaboradores ao serviço da instituição, foi de 23, assim distribuídos:

<i>Resposta Social</i>	<i>N.º Médio de colaboradores</i>
<i>SAD</i>	<i>5</i>
<i>ERPI</i>	<i>17</i>
<i>CENTRO DE DIA</i>	<i>1</i>

Realizamos contatos com o IEFP, para se conseguir a contratação de novos colaboradores ao abrigo de um programa de incentivos estatais, o que se concretizou e representou uma grande ajuda financeira à Casa do Pai.

Foram admitidos os colaboradores necessários, cujo número, cumpre os rácios estabelecidos pela Segurança Social.

Realizaram-se reuniões com os colaboradores, procurando estabelecer adequada convivência entre todos e entre estes e a Direção. Queremos que se mantenha, também durante este ano, a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes, mas também desejamos contribuir a nível relacional para aumentar, na medida do possível, a satisfação dos colaboradores.

[Handwritten signature]

8. Voluntariado

Todos os Órgãos Sociais são constituídos por sócios da Associação, que a servem voluntariamente, sem nada receber em troca. Não queremos deixar de agradecer a todos os que se disponibilizam para ajudar pontualmente em alturas de mais trabalho, os que colaboram na entrega e recolha das ajudas técnicas e na manutenção das viaturas, e ainda os que trabalham na preparação dos eventos realizados durante o ano.

São muitos os que utilizam o seu tempo e até o seu dinheiro, contribuindo das mais variadas formas, para a afirmação da instituição e para o bem-estar dos utentes que servimos.

9. Parque Automóvel

O parque automóvel é constituído por quatro viaturas. Duas dedicadas ao serviço de Apoio Domiciliário e duas, dedicadas ao serviço de Centro de Dia e ERPI.

A Casa do Pai, é a única instituição, que passou a dispor, nesta zona geográfica, de instalações licenciadas para Centro de Dia, tem capacidade para acolher 24 idosos e está empenhada em prestar um serviço de qualidade e proximidade, aos utentes que necessitam deste apoio.

Durante o exercício, a lotação do Centro de Dia e também do SAD não atingiu o número esperado de utentes, mas é essencial, que venha a atingir rapidamente a máxima capacidade de resposta na prestação dos três serviços, em ordem a conseguir uma melhor rentabilidade financeira e aproveitamento dos recursos humanos existentes.

10. Sistema de Qualidade Alimentar

Mantivemos os serviços de desinfestação, higienização e limpeza das instalações para garantir o total controlo das pragas, e minimizar os riscos de contaminação dos locais onde se procede à manipulação de alimentos.

A empresa contratada, responsável pela implementação das normas HACCP fez o respetivo acompanhamento e entregou os relatórios que asseguram a manutenção dos níveis de qualidade exigidos. Estamos a cumprir um programa rigoroso e exigente e mantemos a sua contínua monitorização.

11. Saúde Segurança e Higiene no Trabalho

Na área da saúde, foram cumpridas as normas estabelecidas pela legislação em vigor, dentro da perspetiva preventiva da Medicina do Trabalho.

[Handwritten signatures and initials]

12. Atividades Sócio Culturais

Das iniciativas programadas para 2018, e realizadas, destacamos as seguintes:

Data	Evento	Atividade
08/03/18	Dia da Mulher	Palestra sobre o motivo que originou o festejo deste dia. Oferta de uma flor a cada mulher: utentes, residentes e colaboradoras.
19/03/18	Dia do Pai	Oferta aos pais: utentes, residentes e colaboradores, de um marcador para livro.
21/03/18	Visita à Aposenior	Visita interinstitucional. Assistir a uma peça de teatro levada a efeito pelos utentes da Aposenior.
22/03/2018	Páscoa	Atelier culinária – confeção de folar da páscoa e degustação do mesmo em lanche partilhado.
04/05/2018	Dia da Mãe	Oferta às mães: utentes, residentes e colaboradoras, de uma flor e poema escrito por um residente da ERPI.
18/05/2018	Ida ao Parque Verde	Almoço e passeio pela margem do rio Mondego.
13/06/2018	Santos Populares	Sardinhada com arraial para festejo dos santos populares na instituição.
25/05/2018	Ida ao Fórum Coimbra	Relembrar os momentos de ir às compras.
19/06/2018	Ida à Mata do Choupal. Visita a Tentúgal	Almoço na Mata do Choupal e Lanche com Visita ao Fabrico dos Pastéis de Tentúgal.
12/07/2018	Visita ao Mosteiro de Santa Clara	Visita ao Complexo e ao Museu de Santa Clara.
24/07/2018	Ida a Águeda	Visita ao “Umbrella Sky Project” – Projeto dos Guarda Chuvas Coloridos na Cidade de Águeda.
02/08/2018	Mata Nacional do Buçaco	Visita á Mata Nacional do Buçaco com Paragem no Luso para Beber na Fonte das 7 Bicas.
07/08/2018	Ida á Feira dos 07 e 23	Revisitar as Feiras Locais.
01/10/2018	Dia do Idoso	Semana Comemorativa do Dia do Idoso (01 a 04 de outubro). Parceria com A Escola Superior de Enfermagem. Utilização do Simulador do Envelhecimento.
17/11/2018	Magusto e Noite de Fados	Comemoração do Magusto Anual e Grande Noite de Fados para Angariação de Fundos
19/12/2018	Festa de Natal	Celebração do Natal, com Utenes, Residentes, Famílias e Colaboradores

Importa ainda, fazer referência à festa de comemoração do aniversário de cada um dos nossos residentes da ERPI e também dos utentes de Centro de Dia, com a presença das suas famílias, o que se revelou um momento de grande ternura e alegria.

A festa do Natal ocorrida em 19 de dezembro, protagonizada pelos nossos utentes, cujas imagens foram publicadas na página do Facebook, foi um tempo de grande elevação, onde não faltaram a música a poesia e o teatro e a dança.

13. Parcerias/ Protocolos e Acordos de Cooperação e Estágios Profissionais.

Participamos nas reuniões da Comissão Local de Ação Social do Concelho de Coimbra e da Comissão Social de Freguesia.

Procuramos manter as parcerias existentes e estabelecer novas parcerias formais e informais com várias entidades do tecido social circundante.

Estabelecemos novas parcerias com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Realizaram estágios profissionais na Casa do Pai, durante o ano de 2018:

- 3 Grupos de 3 Alunos, finalistas de Enfermagem;
- 1 Psicóloga;
- 1 Gerontóloga.

14. Conclusão

O arrastar da conclusão da obra obrigou a instituição a assumir também os custos do equipamento da lavandaria, uma vez que estava ultrapassado o plafond de crédito autorizado pelo construtor. São estes custos que continuamos a amortizar durante o exercício, e também o empréstimo concedido pela banca.

Terminamos em 2018 o pagamento integral do equipamento da Lavandaria e também a totalidade do mobiliário adquirido.

No âmbito da candidatura às ajudas previstas às obras de construção efetuadas, a Câmara Municipal de Coimbra, veio a conceder, em 2018, uma ajuda financeira no valor de **70.606,39 euros**, que, embora importante, é cerca de metade do que tinha sido prometido à Casa do Pai.

Continuaremos os contatos com Segurança Social e com a Câmara Municipal, no sentido de apresentar as nossas dificuldades e obter as ajudas de que necessitamos.



F. Alves
(unil)

É certo que o investimento que tivemos de fazer, com a aquisição das duas viaturas, obrigados pelas circunstâncias, ascende a mais de 40.000.00 Euros e não voltará a repetir-se.

Considerando, porém, que ainda não foi possível preencher todas as vagas existentes, quer no SAD, quer no Centro de Dia, estamos certos que a navegação iniciada chegará a bom porto e que, durante o próximo exercício, conseguiremos melhores resultados.

Nunca é demais sublinhar a importância dos donativos recolhidos e o grande empenhamento de muitos sócios na prossecução dos valores de solidariedade social da nossa instituição, que se assume como uma verdadeira “Casa do Pai”, que a todos pretende acolher, com compaixão e amor, sem qualquer discriminação.

As contas, aprovadas pela Direção, que apresentam um resultado negativo de **29.634,73 Euros**, espelham bem as dificuldades que encontramos.

A Direção, propõe à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas de 2018 e que o resultado negativo obtido, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

E com enorme gratidão que olhamos o caminho percorrido e as grandes dificuldades que já vencemos. Sabemos, que é durante as tempestades que se conhecem as capacidades do marinheiro, mas também não desconhecemos as nossas próprias fragilidades.

Como cristãos assumidos, manifestamos a nossa fé em Deus, e a esperança viva, de que, com a solidariedade de todos, serviremos a comunidade onde nos inserimos, dando testemunho do amor prático ao próximo, como o viveu e demonstrou Jesus de Nazaré.

Coimbra, 29 de março de 2019

A Presidente da Direção



Filomena Maria Gonçalves

Aprovado na Assembleia Geral de 29 de março 2019

A Mesa da Assembleia

Presidente

Enle Bentes Fernandes Conselho Sgr

1ª Secretária

[Handwritten signature]

2ª Secretária

Lucre Santos Silva Gomes

CASA DO PAI – CENTRO DE APOIO SOCIAL

**BALANÇO,
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS,
FLUXOS DE CAIXA
E ANEXO
2018**

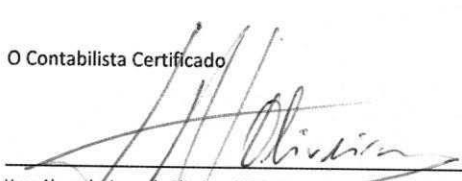
BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	1.318.111,13	1.296.201,19
Investimento financeiros	11	2.744,80	1.557,71
		1.320.855,93	1.297.758,90
Ativo corrente:			
Inventários	7	2.642,88	3.282,36
Créditos a receber	11	3.860,25	3.181,13
Estado e outros entes públicos	16	1.219,79	1.422,58
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	11	13.849,44	12.693,48
Diferimentos	16	1.552,16	1.555,36
Outros ativos correntes	11	4.406,84	93.605,90
Caixa e depósitos bancários	11	9.298,92	46.218,16
		36.830,28	161.958,97
Total do Ativo		1.357.686,21	1.459.717,87

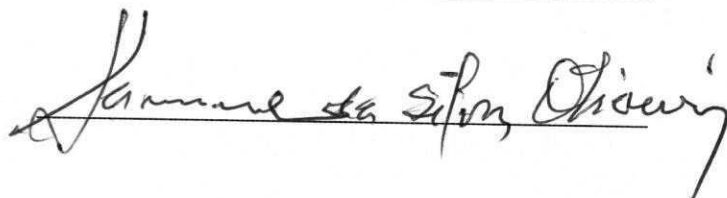
O Contabilista Certificado



 Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração





BALANÇO INDIVIDUAL


Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos	11	12.285,55	12.285,55
Reservas	11	15.271,42	15.271,42
Resultados transitados	11	157.558,93	172.364,69
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11	88.907,77	69.614,44
		274.023,67	269.536,10
Resultado líquido do período		(29.634,73)	(14.805,76)
Total dos fundos patrimoniais		244.388,94	254.730,34
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6	881.704,38	913.374,74
		881.704,38	913.374,74
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	9.281,20	7.418,49
Estado e outros entes públicos	16	6.545,58	5.193,85
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	11		2,50
Financiamentos obtidos	6	31.676,18	28.345,12
Diferimentos	16	3.693,15	11.482,41
Outros passivos correntes	11	180.396,78	239.170,42
		231.592,89	291.612,79
Total do passivo		1.113.297,27	1.204.987,53
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.357.686,21	1.459.717,87

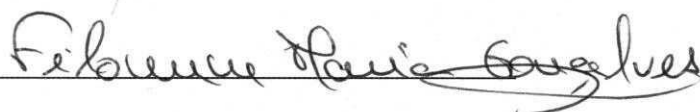
Página 2 de 2

O Contabilista Certificado



 Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração






DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	8	344.167,90	183.937,11
Subsídios, doações e legados à exploração	10	77.045,15	80.329,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(34.232,02)	(14.106,21)
Fornecimentos e serviços externos	8	(70.347,12)	(52.862,86)
Gastos com o pessoal	12	(293.259,51)	(179.762,01)
Outros rendimentos	8	31.587,07	17.541,81
Outros gastos	8	(4.582,79)	(5.281,79)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50.378,68	29.795,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(38.981,14)	(23.729,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.397,54	6.066,06
Juros e gastos similares suportados	6	(41.032,27)	(20.871,82)
Resultado antes de impostos		(29.634,73)	(14.805,76)
Resultado líquido do período		(29.634,73)	(14.805,76)

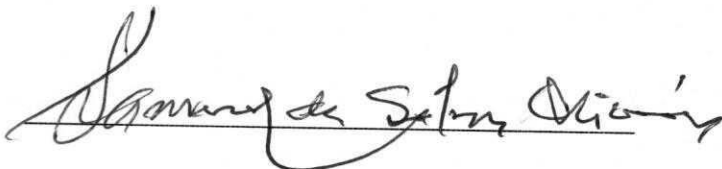
O Contabilista Certificado



Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR VALÊNCIA

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO 2018			
		TOTAL	SAD	ERPI	CENTRO DIA
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados	8	344.167,90	38.811,49	290.681,36	14.675,05
Subsídios, doações e legados à exploração	10	77.045,15	47.921,83	28.885,62	237,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(34.232,02)	(8.570,73)	(23.683,43)	(1.977,86)
Fornecimentos e serviços externos	8	(70.347,12)	(16.939,20)	(49.816,36)	(3.591,56)
Gastos com o pessoal	12	(293.259,51)	(63.165,17)	(224.114,74)	(5.979,60)
Outros rendimentos	8	31.587,07	7.944,29	21.606,16	2.036,62
Outros gastos	8	(4.582,79)	(1.113,11)	(3.212,81)	(256,87)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50.378,68	4.889,40	40.345,80	5.143,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(38.981,14)	(9.210,29)	(24.337,42)	(5.433,43)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.397,54	(4.320,89)	16.008,38	(289,95)
Juros e gastos similares suportados	6	(41.032,27)	(10.668,39)	(27.901,94)	(2.461,94)
Resultado antes de impostos		(29.634,73)	(14.989,28)	(11.893,56)	(2.751,89)
Resultado líquido do período		(29.634,73)	(14.989,28)	(11.893,56)	(2.751,89)

O Contabilista Certificado



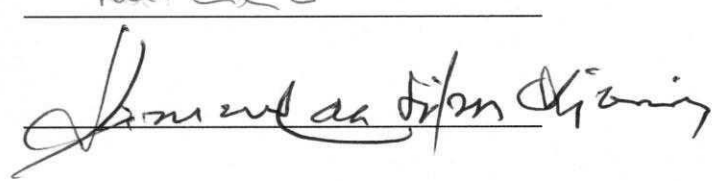
Hugo Alexandre Lucas de Oliveira – NIF 218742347

Os órgãos de administração



Filomena Pereira Gonçalves





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

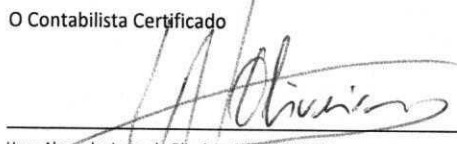
DEZEMBRO 2018

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	11	325.431,26	159.731,20
Pagamentos a Fornecedores	11	(108.990,36)	(71.692,18)
Pagamentos ao Pessoal	12	(190.547,81)	(112.878,00)
Caixa gerada pelas operações		25.893,09	(24.838,98)
Outros recebimentos/pagamentos		45.907,87	82.159,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		71.800,96	57.320,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	4	(129.780,18)	(355.323,58)
Investimentos financeiros	11	(1.334,79)	(1.200,90)
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros		160,21	
Subsídios ao investimento		91.606,13	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(39.348,63)	(356.524,48)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos	6		344.000,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(28.339,30)	(16.280,14)
Juros e gastos similares	6	(41.032,27)	(29.840,55)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(69.371,57)	297.879,31
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(36.919,24)	(1.324,50)
Caixa e seus equivalentes no início do período		46.218,16	47.542,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.298,92	46.218,16

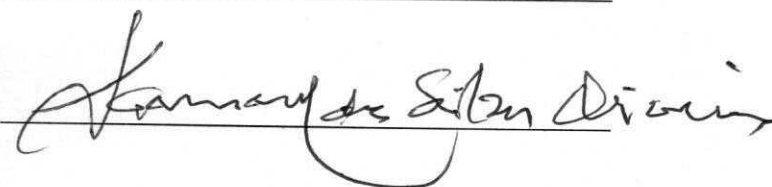
O Contabilista Certificado



 Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração





Casa do Pai - Centro de Apoio Social

Anexo ao Balanço e DR 2018

29 de Março 2019

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	– Principais políticas contabilísticas:	4
a)	Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;	4
b)	Outras políticas contabilísticas;.....	5
3.2	- Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
4	Activos Fixos Tangíveis.....	10
5	Activos Intangíveis.....	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	14
8	Rendimentos e gastos	15
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	18
10	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	19
11	Instrumentos financeiros	20
12	Benefícios dos empregados	22
13	Acontecimentos após a data do balanço	23
14	Agricultura.....	23
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
16	Outras Informações.....	24
16.1	Diferimentos	24
16.2	Estado e Outros Entes Públicos.....	25
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
	A Direcção da Instituição Casa do Pai – Centro de Apoio Social, propõe à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas de 2018 e que o resultado negativo obtido no valor de 29.634,73 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.	25

1 Identificação da Entidade

A "Casa do Pai - Centro de Apoio Social" é uma instituição sem fins lucrativos, NIF: 504779800, constituída sob a forma de "Pessoa Coletiva de Utilidade Pública", registo n.º 110/99, da D.G.A.S. de 11 de Maio de 1999, com sede Rua Mário Pío S/N, 3040-017 Coimbra, concelho de Coimbra. Actualmente tem como atividade a prestação de serviços nas áreas de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD), os seus estatutos definem como objetivos:

1. A associação tem como objetivos principais:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2. Secundariamente, a associação propõe-se desenvolver os seguintes objetivos:

- a) Prosseguir outros fins não lucrativos, desde que esses fins sejam compatíveis com os fins definidos no número anterior.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, pela redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

- Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem

alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas;

- Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	16-50
Equipamento básico	1-16
Equipamento de transporte	8
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3-16
Outros Activos fixos tangíveis	-

- Bens do património histórico e cultural

Sem ocorrência a registar.

- Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Activos Intangíveis	-

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

- Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

- Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o FIFO.

- Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

- Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

- Provisões

Sem ocorrência a registar.

- Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo

para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

- Locações

A entidade classifica as operações de locação como locação financeira as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

- Locações operacionais - Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo, numa base linear durante o período do contrato de locação.

- Locações Financeiras – Sem ocorrência.

- Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;**
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

3.2 - Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Desrceonhecimento	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	52.398,00		52.398,00			0,00
Edifícios e outras construções	3.069,15	5.282,60		1.202.138,86		1.210.490,61
Equipamento básico	12.500,50	4.820,00		103.351,25		120.671,75
Equipamento de transporte	15.909,81					15.909,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.069,27	2.080,46				3.149,73
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Activos fixos tangíveis em curso	1.283.769,33	22.942,08		-1.305.490,11		1.221,30
Total	1.368.716,06	35.125,14	52.398,00	0,00	0,00	1.351.443,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.796,13	17.116,48				19.912,61
Equipamento básico	11.737,50	6.535,86				18.273,36
Equipamento de transporte	15.909,81					15.909,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.069,27	76,96				1.146,23
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	31.512,71	23.729,30	0,00	0,00	0,00	55.242,01

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Desreconhecimento	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.210.490,61					1.210.490,61
Equipamento básico	120.671,75	108,00				120.779,75
Equipamento de transporte	15.909,81	61.378,90				77.288,71
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	3.149,73	625,48				3.775,21
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Activos fixos tangíveis em curso	1.221,30	13.000,01		-14.221,31		0,00
Total	1.351.443,20	75.112,39	0,00	-14.221,31	0,00	1.412.334,28
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	19.912,61	25.564,09				45.476,70
Equipamento básico	18.273,36	9.663,80				27.937,16
Equipamento de transporte	15.909,81	3.556,97				19.466,78
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.146,23	196,28				1.342,51
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	55.242,01	38.981,14	0,00	0,00	0,00	94.223,15

Restrições de titularidade e compromissos com activos

O terreno onde foi construído o edifício está cedido em direito de superfície gratuito, com a área de 2272,00 m2, pela Câmara Municipal de Coimbra, com as seguintes condições:

- o direito de superfície é pelo prazo de cinquenta anos, renovável por períodos de quinze anos a pedido da Casa do Pai – Centro de Apoio Social e após aprovação da Câmara;
- o objecto foi a construção do equipamento destinado a fins sociais – Alargamento ao Apoio ao Domicílio, Centro de Dia e Lar;

- a obra teve início em 2014, a construção licenciada desde 04/10/2010 e com alvará de utilização a partir de 7 de Março de 2017;
- o prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, se não forem cumpridos os prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente do estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização”.

5 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54
Amortizações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54
Amortizações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Os gastos ocorridos dizem respeito a comissões de aquisição/ processamento de financiamentos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	29.676,18	825.704,38	855.380,56	28.345,12	855.374,74	883.719,86
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos - Instituidores	2.000,00	56.000,00	58.000,00	0,00	58.000,00	58.000,00
Total	31.676,18	881.704,38	913.380,56	28.345,12	913.374,74	941.719,86

Descrição	Reembolso Capital devido			
	Empréstimos Bancários		Outros Empréstimos - Instituidores	
	2018	2017	2018	2017
Até um ano	29.676,18	28.345,12	2.000,00	0,00
De um a cinco anos	133.562,69	163.324,83	56.000,00	58.000,00
Mais de cinco anos	692.141,69	692.049,91	0,00	0,00
Total	855.380,56	883.719,86	58.000,00	58.000,00

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos de financiamento:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	40.672,27	20.661,82
Outros gastos e perdas de financiamento (comissões bancárias relacionadas com financiamentos)	360,00	210,00
Total	41.032,27	20.871,82

Capitalização de juros	0,00	8.968,73
------------------------	------	----------

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.374,80	22.784,54	-7.770,77	3.282,36	38.160,87	-4.568,33	2.642,88
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.374,80	22.784,54	-7.770,77	3.282,36	38.160,87	-4.568,33	2.642,88

	2017	2018
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14.106,21	34.232,02
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00

8 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. O rédito compreende os montantes facturados na venda de bens e ou da prestação de serviços líquidos de abatimentos e descontos.

Os rendimentos e gastos são registados por valência, havendo rubricas comuns a todas que são repartidas pelo número médio de utentes, dando um peso de três vezes mais aos utentes de ERPI, dado ser uma valência de 24 horas diárias de utilização.

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
SAD	33.801,95	37.219,05
ERPI	277.579,49	117.683,10
CENTRO DE DIA	13.519,00	5.785,00
Quotas e joias	19.267,46	23.249,96
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	344.167,90	183.937,11

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte

Descrição	2018	2017
Subcontratos	506,00	506,00
Serviços especializados	27.227,75	16.959,09
Materiais	1.715,22	2.059,04
Energia e fluidos	25.332,71	17.486,48
Deslocações, estadas e transportes	47,00	0,00
Serviços diversos	15.518,44	15.852,25
Total	70.347,12	52.862,86

Serviços especializados	2018	2017
Trabalhos especializados	4.093,54	3.291,08
Publicidade e propaganda	43,05	0,00
Vigilância e segurança	3.235,92	3.718,66
Honorários	11.010,50	6.325,00
Conservação e reparação	8.821,90	3.571,16
Serviços bancários	22,84	53,19

Materiais	2018	2017
Ferramentas e utensílios	786,29	1.039,24
Material escritório	489,80	439,98
Artigos para oferta	439,13	579,82
Outros	0,00	0,00

Energia e Fluidos	2018	2017
Electricidade	15.438,68	12.389,04
Combustíveis	2.380,41	2.267,17
Água	2.805,73	1.675,11
Gás	4.707,89	1.155,16

Deslocações e estadas	2018	2017
Portagens e estacionamento	7,00	0,00
Outros - Transporte de utentes	40,00	0,00

Serviços diversos	2018	2017
Rendas e alugueres	76,90	1.364,72
Comunicação	1.244,47	1.637,86
Seguros	1.949,36	1.446,08
Despesas de representação	0,00	630,00
Notariado	173,99	415,84
Limpeza, higiene e conforto	11.408,18	10.006,04
Outros serviços	665,54	351,71

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	29.261,16	16.549,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,07	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,63	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	2.325,21	991,95
Juros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	31.587,07	17.541,81

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares		
- Donativos	29.261,16	16.549,86

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos - IMI	0,00	3.473,64
Taxas	0,00	632,40
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	1.612,69	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,06	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	2.703,14	1.175,75
Gastos com apoios concedidos	266,90	0,00
Total	4.582,79	5.281,79

Perdas em inventários	2018	2017
Quebras de géneros alimentares	1.612,69	0,00

As quebras registadas referem-se na totalidade, não a bens adquiridos pela Instituição, mas sim a bens doados por um estabelecimento comercial, que têm já uma curta data de validade.

Outros	2018	2017
Correcções de exercícios anteriores	280,63	1.099,80
Donativos	2.304,62	0,00
Quotizações	75,00	75,00
Outros não especificados	42,89	0,95

Os donativos concedidos dizem respeito na sua totalidade a, géneros alimentares que são doados à Instituição, mas que esta posteriormente doa a outra, pelo facto de não utilizar os bens em causa ou pelo facto das quantidades recebidas serem superiores às necessárias ao consumo normal.

9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

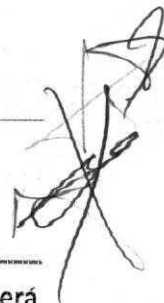
Não aplicável.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Activos contingentes

Não aplicável.



10 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Principais doadores:

- Instituto da Segurança Social I.P.;
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Câmara Municipal de Coimbra.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS				
Descrição	Do estado e outros entes públicos			
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor recebido no período	Valor imputado ao período	Valor actual/Por imputar
1 Subsídios relacionados com activos/ ao investimento	91.606,39	91.606,39	1.706,67	88.907,77
1.1 Activos fixos tangíveis	91.606,39	91.606,39	1.706,67	88.907,77
1.1.1 Terrenos e recursos naturais			0,00	
1.1.2 Edifícios e outras construções	70.606,39	70.606,39	1.487,92	68.126,52
1.1.3 Equipamento básico				
1.1.4 Equipamento de transporte	21.000,00	21.000,00	218,75	20.781,25
1.1.5 Equipamento administrativo				
1.1.6 Equipamentos biológicos				
1.1.7 Outros				
1.2 Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1 Projectos de desenvolvimento				
1.2.2 Programas de computador				
1.2.3 Propriedade industrial				
1.2.4 Outros				
1.3 Outros Activos				
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	115.185,64	87.830,79	77.045,15	3.693,15
2.1 Instituto da Segurança Social I.P.;	62.984,52	62.984,52	62.984,52	0,00
2.2 IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional	52.201,12	24.846,27	14.060,63	3.693,15
3 Total	206.792,03	179.437,18	78.751,82	92.600,92

11 Instrumentos financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	0,00
Outros investimentos financeiros - Fundo de Compensação do Trabalho	2.244,80	1.557,71
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2.744,80	1.557,71

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Associados", apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	13.849,44	12.693,48
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	13.849,44	12.693,48
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	2,50
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	2,50

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	3.860,25	3.181,13
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	3.860,25	3.181,13

Resposta Social	N.º Médio de Utentes
SAD	23
ERPI	20
CENTRO DE DIA	5

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	9.281,20	7.418,49
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	9.281,20	7.418,49

O saldo da rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores de Investimentos	146.599,10	215.439,67
Remunerações a pagar ao pessoal	134,66	492,33
Credores Por Acréscimo de Gastos		
- Remunerações a liquidar	28.974,11	19.831,52
- Outros Acréscimos de Gastos	3.300,71	3.247,61
Outros Credores	178,20	159,29
Adiantamentos de Clientes e Utentes		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1.210,00	0,00
Total	180.396,78	239.170,42

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.285,55	0,00	0,00	12.285,55
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	15.271,42	0,00	0,00	15.271,42
Resultados transitados	172.364,69	0,00	14.805,76	157.558,93
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	69.614,44	21.000,00	1.706,67	88.907,77
Total	269.536,10	21.000,00	16.512,43	274.023,67

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	279,78	1.950,92
Depósitos à ordem	9.019,14	44.267,24
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	9.298,92	46.218,16

12 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais desta Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 23.

Resposta Social	N.º Médio de colaboradores
SAD	5
ERPI	17
CENTRO DE DIA	1

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	246.591,72	151.686,02
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	348,95	0,00
Encargos sobre as Remunerações	42.290,25	23.978,84
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.406,37	1.792,10
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal		
Medicina no Trabalho	454,98	303,35
Formação Profissional	120,00	60,00
Fardamento	47,24	1.941,70
Total	293.259,51	179.762,01

13 Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do período, recebeu-se a comunicação da empresa construtora do edifício da sede da Casa do Pai – Centro de Apoio Social, que é à data do balanço, o detentor de pativamente 100% da rubrica de fornecedores de investimentos, da intenção do recebimento dos juros de mora correspondentes aos atrasos da liquidação das diversas faturas emitidas, informando que até ao dia 07-03-2019, os mesmos ascendiam a 20.827,20 euros.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas em Assembleia Geral em 29/03/2019.

14 Agricultura

Não aplicável.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros Liquidados	682,62	661,21
Rendas antecipadas	0,00	0,00
Assinaturas anuais	22,24	22,24
HACCP - Rentokil	71,49	71,12
Medicina no Trabalho	151,67	151,65
SHST - K-MED	0,00	25,00
Vigilância e Segurança	137,27	137,27
Manutenção climatização	486,87	486,87
Total	1.552,16	1.555,36
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP - MEDIDA ESTIMULO EMPREGO	0,00	11.482,41
IEFP - ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	3.693,15	0,00
Total	3.693,15	11.482,41

16.2 Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	Activo	Passivo
Imposto sobre rendimento	0,00	0,00
Retenções na Fonte de IRS	0,00	1.159,38
Contribuições para Segurança Social	0,00	5.386,20
IVA suportado/ a restituir	1.219,79	0,00
Total	1.219,79	6.545,58

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

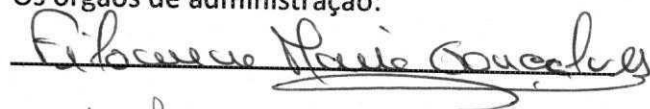
A Direcção da Instituição Casa do Pai – Centro de Apoio Social, propõe à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas de 2018 e que o resultado negativo obtido no valor de 29.634,73 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Coimbra, 29 de Março de 2019

Os órgãos de administração:

O Contabilista Certificado









RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DO ANO DE 2018

1. Em cumprimento do disposto no Estatutos da **Casa do Pai – Centro de Apoio Social**, examinámos o Relatório e Contas, compreendendo as demonstrações financeiras, as quais evidenciam a 31 de Dezembro de 2018, um Balanço com um Activo de 1.357.686,21 euros, um total de Fundos de Patrimoniais de 244.388,94 euros e um Passivo de 1.113.297,27 euros, uma Demonstração de Fluxos de Caixa com um resultado final de caixa e equivalentes de 9.298,92 euros, verificando-se na Demonstração dos Resultados que foi atingido um resultado líquido do período negativo no valor de 29.634,73 euros.

2. Nos termos dos Estatutos da Casa do Pai – Centro de Apoio Social, é da competência da Direcção, a apresentação do Relatório e Contas e respectivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada nos Estatutos e consiste na emissão de parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

4. A fiscalização a que procedemos foi efectuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes, trabalho que julgamos adequado no âmbito da nossa actividade fiscalizadora.

5. Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o Relatório e Contas e as demonstrações financeiras.

6. Somos da opinião que o Relatório e Contas da Direcção e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Instituição Casa do Pai – Centro de Apoio Social em 31 de dezembro de 2018 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas contabilísticas aplicadas.

7. Observámos pela informação reunida, a necessidade de a Instituição, obter mais fontes de rendimento, proceder à revisão dos Associados efectivos e continuar a adequar os seus recursos e investimentos o estritamente indispensável às suas necessidades.

8. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é do parecer que se aprove:

- O Relatório de Atividades de 2018;
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo de 2018;
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção, de que o resultado obtido, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Coimbra, 27 de Março de 2019

O Conselho Fiscal:

Dionísio Salgado Simão Sequira

M. António de Almeida

Pai Manuel Paiva Ferreira